



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	569126
Entrada/Série nº	76 Data 21/02/2017

O Presidente

*Atusar a natureza, agradece o
Comite e informa
que Amari floresta
21/02/2017
A*

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Eng. Joaquim Barreto

SEMINÁRIO CES -

ECONOMIA DA FLORESTA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Porquê a floresta?

Os espaços florestais ocupam 69% do território nacional. A fileira florestal (indústrias, silvicultura e exploração florestal) representa cerca 2% do PIB nacional e um contributo positivo de 2.000M€ para o saldo da balança comercial nacional (com valor acrescentado nacional de 71%). O tecido empresarial é constituído por cerca de 7000 empresas, 81% das quais microempresas, responsáveis por cerca de 95.000 postos de trabalho diretos, que equivalem a 2% do emprego total.

Em suma, as áreas florestais constituem um importante recurso endógeno cuja gestão eficiente deverá proporcionar uma âncora de desenvolvimento económico regional e nacional, nomeadamente no interior do país, fornecendo ainda importantes serviços ambientais (retenção da água, regulação do clima, manutenção de solos e da biodiversidade, atividades recreativas).

Ameaças ao sector florestal

Portugal é o único país que, quando comparado com outros países do sul da Europa (Espanha, França, Itália, Grécia), não conseguiu, ao longo das 3 últimas décadas, reduzir a área florestal ardida. Em Portugal - e tendo como referência os últimos dez anos - ardem mais de 40.000 ha/ano, sendo que em 2016 a área ardida foi cerca de 3 vezes superior à média. A gravidade do problema acentua-se nas regiões Norte e Centro do país.

A marcada mudança, ao longo das últimas décadas, no tecido social rural e as alterações por ele induzidas no sistema socio-ecológico florestal, associadas, sobretudo a norte, ao predomínio do regime microfundário e a um elevado risco de incêndios, tem levado a uma baixa rentabilidade da produção florestal, ao absentismo e à inoperância por parte de proprietários, existindo um deficiente envolvimento destes na gestão da floresta e na prevenção de incêndios.

A presente situação afeta cerca de 400.000 proprietários no país, que possuem cerca de 98% da área florestal nacional e conduz ao subaproveitamento de um importante recurso territorial, o qual poderia ser motor de mais desenvolvimento, de mais criação de riqueza e de mais emprego.

Oportunidade e objetivos

A presente iniciativa visa ajudar à definição de políticas públicas baseadas na evidência, produzindo um conjunto de recomendações estratégicas, concretas, e viáveis para melhor gestão da floresta portuguesa, delineando consensos que, numa ótica de estabilidade e de longo prazo, contribuam para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental do sector. Pretende-se garantir o pluralismo de opinião sobre o tema, assegurando a representação dos parceiros sociais e das partes interessadas da sociedade e da economia, e oferecendo um contributo para a discussão, no Parlamento, do pacote legislativo apresentado pelo Governo, informando simultaneamente a sociedade civil sobre o conhecimento recolhido.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Presidente

ECONOMIA DA FLORESTA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2 de Março de 2017

Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, Mação

9:00 Registo de participantes

9:30 Sessão de abertura – Presidente da Câmara de Mação e Presidente do CES

Painel 1: Ordenamento do território, modelos de gestão agroflorestal e gestão de risco

9:45 Ordenamento florestal ou ordenamento territorial?

Pedro Bingre - Qual a importância dada à floresta e aos espaços naturais no planeamento e ordenamento do território? É a terra que sobra? O que necessitamos de facto, da floresta, dos matos e todos serviços e bens que podem ser gerados em 64% do território?

10:05 Ameaças de um contexto mutante: modelos de gestão

Tiago Oliveira et al. - Como evoluiu o território onde se inserem os espaços florestais e que modelos fomos adotando para a sua gestão? Da questão agrária à questão do território e ao problema do fogo

Américo Carvalho Mendes e António Louro – Estado da arte no que respeita a modelos de gestão (*case-studies*) que permitam reduzir a exposição ao risco e mitigar os efeitos sobre sociedade, economia e ambiente; Que adaptação regional é necessário incorporar nesses modelos?

11:05 Debate com o público

11:20 Pausa para café

Painel 2: Soluções de gestão para potenciar o valor económico da floresta

11:35 Externalidades ambientais dos espaços florestas – como retribuí-las no contexto das diversidades do território?

Lívia Madureira - Numa sociedade cada vez mais urbanizada onde só uma mínima fração dos portugueses vive no meio rural, sem dele depender, como retribuir a quem detém e produz os serviços ambientais vitais o valor que estimule a gestão e boas práticas? Como transformar territórios outrora viáveis pela remuneração do lenho, em áreas que satisfaçam procura difíceis de contabilizar, bens e serviços imateriais e pós-industriais? Que soluções permitem responder à variedade territorial Norte/Sul? Urbanidade vs ruralidade?

11:55 Floresta e silvo pastorícia: como reduzir os riscos?

Vítor Louro e Carlos Rio de Carvalho - Reconhecidas as características estruturais que definem o complexo sistema socioeconómico e ecológico dos recursos florestais (dimensão da propriedade, atitude dos proprietários, contexto económico e cultura institucional e dos atores) que soluções de gestão são mais promissoras para melhor administrar 64% do território nacional? Que mudanças institucionais e nos comportamentos dos atores potenciam a exploração sustentável da principal riqueza natural do país? (políticas sectoriais; soluções de gestão agrupada, incentivos fiscais; fundos de apoio)

12:25 Como aumentar o valor?

Tito Rosa e António Loureiro - Como compatibilizar as diversas expectativas que os espaços arborizados e não arborizados podem satisfazer com a realidade física, social, económica e cultural? Que dados disponíveis podem demonstrar que a gestão certificada aporta maior valor económico?

12:55 Debate com o público

13:15 Almoço

Painel 3: Floresta e território: posição dos parceiros sociais

14:30 João Paulo Catarino - Perspetiva Intermunicipal

14:45 Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN)

15:00 União Geral de Trabalhadores (UGT)

15:15 Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

15:30 Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)

15:45 Confederação do Turismo Português (CTP)

16:00 Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

16:15 Rogério Rodrigues – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

16:45 Conclusões e encerramento oficial

17:15 Fecho